

A Constituinte

Este debate já irrita o governo

Um deputado já propôs até subordinar as Forças Armadas à Constituinte. E o ministro Marco Maciel não quer ver a Assembléia fora de seu objetivo.

Se é para provar que a Assembléia Constituinte pode tudo — desde reduzir o mandato do presidente Sarney até reformar provisoriamente a atual Constituição — o deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) procurou a prova mais contundente: apresentou na sessão de ontem proposta do ato constitucional colocando as Forças Armadas sob a autoridade do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, até a promulgação da nova Carta.

Em sua justificativa, o parlamentar alegou que caberia às Forças Armadas garantir "não apenas os poderes constituídos, mas principalmente o poder máximo, que é o poder constituinte. Por isso, cabe necessariamente ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte exercer, em sua plenitude, o comando supremo das Forças Armadas".

Esse tipo de discussão, que tanto tem irritado o governo, voltou a predominar na sessão de ontem da Constituinte, transformada num enorme "pinga-fogo", no qual 27 parlamentares se revezaram no microfone, sem apertar, para comentar os mais variados assuntos. O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, foi dos que criticou esse procedimento.

Para Maciel, a aprovação de um "pequeno expediente" no regimento provisório pode ser um precedente para, em breve, a Constituinte "cuidar de assuntos alheios à elaboração de uma nova Constituição, que deve ser seu único objetivo".

— Fico com receio de que a Constituinte vire um imenso pinga-fogo, com os parlamentares se manifestando sobre problemas conjunturais. Evitar isso é um imperativo de consciência de todos os parlamentares.

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, acrescentou que a atual Constituinte não pode modificar a atual Constituição com os votos da maioria absoluta, sob o risco de criar um vazio constitucional, enquanto o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, insistiu em que a Constituinte não tem poderes para reduzir o mandato do presidente Sarney. "Para evitar o processo anárquico e o caos, é preciso respeitar o direito adquirido."

— Se aceitarmos que os poderes da Constituinte vão a esse ponto teríamos que aceitar também que ela poderia cassar os mandatos de prefeitos e vereadores, destituir os membros do Supremo Tribunal Federal, revogar as representações dos embaixadores brasileiros no Exterior, enfim, mudar situações que estão em plena vigência de mandato.

A Sessão

Ao abrir a sessão de ontem da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães teve que decidir questão de ordem levantada pelo senador Mário Covas, sobre o prazo de apresentação de emendas, previsto como de cinco dias. Ele resolveu desmentar o sábado e o domingo e anunciou ao plenário que elas poderão ser apresentadas até o dia 12, ficando o relator — novamente o senador Fernando Henrique Cardoso — com prazo até o dia 17 para apresentar seu parecer.

Aberto o "pinga-fogo", falou-se de tudo — a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) aproveitou até mesmo para reclamar das companhias aéreas por não estarem assegurando lugares de ida e volta a Brasília para os constituintes.

Cerca de 20 emendas ao regimento definitivo foram apresentadas ontem. O PDT está preparando projeto elevando de 5 para 16 o número de comissões da Constituinte e de 5 para 22 o de dirigentes da Mesa.



A nova estratégia dos xiitas: discrição.

Adotar uma nova fórmula para forçar a aprovação da competência da Assembléia Constituinte de alterar a atual Constituição. Essa nova fórmula é a proposta de Ademir Andrade (PMDB-PA), considerada "mais sutil e mais discreta" que a de Maurílio: não diz expressamente que a Constituinte pode emendar a atual Carta, apesar de ser esse seu objetivo.

A tentativa desse grupo é incluir no regimento um horário específico para discussão e votação de "resoluções constitucionais". E eles teriam um trunfo para conseguir isso. Há informações de que Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, teria se comprometido com Maurílio Ferreira Lima a colocar sua proposta em discussão durante os trabalhos do regimento interno, na próxima semana. Apesar disso, Ulysses só iria abrir o debate das propostas após a aprovação do regimento. Daí o interesse do grupo em dar prioridade à emenda Ademir Andrade.

Crítica

Ao comentar ontem a divisão dentro do PMDB, Ulysses Guimarães manifestou-se preocupado: disse que a formação de blocos não terá configuração legal e que vai contribuir para o enfraquecimento dos partidos, "que dispõe, esses sim, de instrumentos legais para coordenar a ação parlamentar". O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) é da mesma opinião: "Os blocos significariam a liquidação da vida partidária, o que não convém para o País".

Para rebater as críticas de divisão, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) comentou ontem a preocupação do presidente Sarney com os xiitas do PMDB. "Antes de denunciar divisionismo no partido, o presidente deveria disciplinar seus subordinados", disse. "Que o presidente passe a governar, gerenciando primeiro suas auxiliares" — e denunciou o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que, segundo ele, está descumprindo a orientação do presidente em relação à carteira de crédito rural.

E Maurílio Ferreira Lima também reagiu às críticas: "Não sou golpista. Ao contrário. Foi vítima de um golpe que me levou a exílio no Exterior". Hermes Zanetti (PMDB-RS), que liderou o movimento da Constituinte exclusiva, disse: "Não me considero xiita. Fui eleito para participar de uma Constituinte sem cabresto".



A sessão de ontem: um grande "pinga-fogo".



Os petistas Lula e Genoíno, na debandada.

A revogada dos constituintes

A velha rotina recomeça: "visita às bases"...

O deputado Amílcar Moreira (PMDB-PA) confessou ontem, no aeroporto, que estava viajando para seu Estado por desinteresse nos trabalhos da Constituinte, e que se candidatou apenas para ganhar status e melhorar seus negócios. Outros não admitiam isto no intenso êxodo verificado ao longo da semana e, em especial, ontem. Muitos deputados e senadores que resolveram marcar suas passagens de última hora não estavam conseguindo um lugar e foram obrigados a ficar na lista de espera.

A maioria dos constituintes só deverá regressar à Capital da República na próxima semana — segunda ou terça-feira. Eles justificaram sua fuga de Brasília, logo na primeira semana da instalação da Constituinte, alegando que tinham assumido compromissos de natureza política em seus Estados que não poderiam ser adiados. O senador Divaldo Suruagy (PFL-AL) viajou ontem para Macéio para visitar alguns municípios de seu Estado.

Além dos compromissos políticos e de visita às bases, alguns deputados justificaram sua saída de Brasília por motivos familiares, como foi o caso do deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), que ontem embarcou com sua esposa para Salvador.

Interesse

Sem a pretensão de esconder detalhes, o deputado Amílcar Moreira disse que: este período de discussão do regimento da Constituinte não o interessava e que ele tinha negócios mais importantes como exportação de pimenta-do-reino em Belém (Pará) que o faziam regressar. O deputado, usando de muita franqueza, explicou que se candidatou à Assembléia Constituinte para ter status, uma vez que sendo membro do Congresso Nacional teria melhores chances nos negócios e que só voltaria a Brasília em março, quando começaria a luta "pela população interiorana" de seu Estado.

Segundo informação de um balconista de uma companhia aérea (que não quis ser identificado) na segunda-feira, após a instalação da Constituinte, muitos parlamentares já deixavam Brasília. Durante a semana que passou, alguns repórteres estiveram nos gabinetes de vários deputados e muitos

já haviam deixado a cidade. Maurício Campos, presidente nacional do PFL, viajou no início da semana para Belo Horizonte e o líder do partido na Câmara, José Lourenço, foi para Bahia na quarta-feira. Alguns deputados do PMDB também viajaram: Rubens Soares Brancinho (RO); José Guedes (RO) Domingos Leonelli (BA); Carlos Cota (MG); Roberto Vital (MG). Além dos petistas Luis Inácio Lula da Silva e José Genoíno que ontem a tarde embarcaram para São Paulo.

A Câmara registrou ontem, oficialmente, a presença de 301 deputados nos seus livros, mas não havia 100 no plenário da sessão. Os constituintes são 559.

E OS JETONS?

Já existe uma proposta de punição para os ausentes. E outra para simplesmente abolir a figura da ausência.

Quando anunciou o resultado que deu vitória a Ulysses Guimarães para a presidência da Constituinte, na última segunda-feira à noite, o presidente do STF, ministro Moreira Alves, soube os votos e proclamou a ausência de 34 constituintes. Com isso, ele criou um problema para a secretaria da Mesa da Câmara, que passou desde então a ser assediada pelos jornalistas em busca dos nomes desses ausentes.

Preocupados, os funcionários diziam que ainda não haviam completado a lista de votação. Na verdade, porém, como a votação foi secreta, Moreira Alves deveria ter dito que 34 parlamentares deixaram de votar, pois para ele era impossível identificar quem efetivamente estava ausente. Para resolver o problema, a secretaria da Mesa estudou uma forma de suprimir a expressão "ausentes" da proclamação de Moreira Alves — e tudo indica que, quando a sessão for publicada no Diário da Constituinte, todos

os seus integrantes serão dados como presentes, sendo registradas apenas ausências. Nisso os que realmente estavam ausentes, serão beneficiados.

As críticas de esvaziamento da Constituinte não vêm sendo recebidas com agrado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP). Ele acha que a pouca presença no plenário não significa desinteresse pelos trabalhos: "Decorre da matéria que estava sendo discutida — a redação final das normas preliminares para o funcionamento da Assembléia".

Covas, no entanto, prevê que será grande o comparecimento aos trabalhos, que, acredita, só começará efetivamente quando forem designadas as comissões. "Se o plenário estava vazio ontem (anteontem), é porque não se examina nenhuma matéria importante".

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) concorda com Covas. Segundo ele, os trabalhos mostrarão que ninguém ficará ausente de suas decisões — "mesmo porque, muitos interesse estão em jogo e a gente tem de ficar de olho nos lobbistas".

SEM JETON

Para resolver o problema das ausências, o senador Gérson Camata (PMDB-ES) disse ontem que vai propor que a presença dos constituintes seja controlada: quem faltar, perderá o jeton do dia e ficará cinco dias suspenso, sem direito a usar a tribuna. E mais: Camata sugere que no início de cada sessão seja divulgada a relação dos presentes — "para evitar críticas generalizadas a toda a Assembléia".

O item jeton também foi ontem o comentário de alguns deputados, depois que Mendes Ribeiro (PMDB-RS), o mais votado do Rio Grande do Sul, anunciou que abrirá o dos C\$ 13.407,90 que lhe cabem a cada sessão. Receberá só os C\$ 14 mil de subsídios e mais C\$ 32 mil da parte não tributável, referentes à taxa de transporte e verba de gabinete — ambas isentas de Imposto de Renda. A Câmara, porém, continuará depositando em sua conta, a cada final de mês, a remuneração integral. E o deputado gaúcho, se não quiser, deverá sacar a parte dos jetons para fazer o uso que bem entender.

O LÍDER

A escolha será segunda. E o mais cotado é Prisco.



Prisco, o amigo de Sarney.

ção na administração João Goulart, lembrou o ministro.

O ministro aprova integralmente a idéia de um líder do governo, mas não aceitou de forma alguma a hipótese de criação de um bloco de parlamentares que atuaria no Congresso Nacional em apoio ao presidente Sarney. "O bloco do presidente da República — disse o ministro enfaticamente — é a Aliança Democrática."

Reunião

A decisão do presidente José Sarney será adotada antes da reunião da bancada do PMDB, dia 10, destinada à eleição do substituto de Pimenta da Veiga na liderança — cuja decisão de não disputar a reeleição foi colocada em termos irredutíveis a Sarney e a Ulysses. Não deseja o chefe do governo que sua indicação após a eleição pela bancada do PMDB possa representar reação contrária ao líder eleito.

Também no Senado Fernando Henrique Cardoso atuará apenas como líder do PMDB. A liderança do governo seria no Congresso, formalmente, mas com atuação extra-oficial na Assembléia Constituinte, na articulação e troca de informações com o Planalto.

Ulysses Guimarães tem feito sondagens junto aos quatro candidatos a líder, indagando se o eleito aceitaria, também, a função de líder do governo. Carlos Sant'Anna,

por exemplo, mostrou ao presidente do PMDB que o líder da bancada na Câmara não pode nem deve atuar como líder do governo na Constituinte.

Cotação

Se o ex-ministro da Saúde também tem sido citado como provável escolhido para líder do governo no Congresso, ao lado de Prisco Viana, seu companheiro da bancada baiana, isto não o preocupa. Carlos Sant'Anna também está sendo considerado um dos dois favoritos na eleição de líder do PMDB, juntamente com Luiz Henrique (SC). Os outros dois candidatos são João Herrmann (SP) e Milton Reis (MG).

Sant'Anna tem comentando com amigos que, até agora, ninguém lhe disse nada sobre sua possível indicação para líder do governo no Congresso. Ele acha que está bem situado na disputa para líder da bancada e, por isso mesmo, se escolhido segunda-feira líder do governo, teria que renunciar à disputa para a liderança do partido na Câmara.

Lembrou que no início de 1985 recebeu muitos cumprimentos e até pedidos de nomeações no Ministério da Saúde: "Todos me diziam que eu seria o ministro da Saúde. Mas Tancredo Neves não me dizia nada".

Ontem, ao ser procurado por jornalistas sobre sua possível escolha para líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna respondeu: "Até agora não estou sabendo de nada. Ou melhor, estou sabendo por vocês, da imprensa. Será que serei o último a saber?".

Com Prisco Viana ou com Carlos Sant'Anna, o governo Sarney não mais será representado na Câmara e no Senado pelos respectivos líderes do PMDB. Além dos líderes do partido majoritário, atuará no Congresso, formalmente, o líder do governo — com atuação informal na Constituinte. Diante disso, dificilmente haveria, também, o líder da maioria na Assembléia Constituinte — que iria liderar as bancadas do PMDB e do PFL. O senador Mário Covas (PMDB-SP) tem sido apontado como o mais provável líder da maioria na Constituinte.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, encaminhou ontem ao procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, a "consulta" apresentada pelo líder

Os limites deste poder, questão para Sepúlveda.

do PL, deputado Alvaro Valle pedindo uma definição do STF sobre os limites de poder da Assembléia Nacional Constituinte. Em seu despacho, Moreira Alves explica que o Supremo não tem poder para responder a consultas, mas ao examinar o teor do pedido verificou que o que o parlamentar quer é a interpretação da Emenda Constitucional nº 26, e o titular deste tipo de representação é o procurador-geral da República.

A consulta de Alvaro Valle tem como objetivo fazer com que o Poder Judiciário se manifeste sobre os seguintes pontos: se a Constituição de 1967 está em vigor; se a Constituinte poderá promulgar textos parciais da futura Carta, antes da redação final; ou ainda, se ela pode promulgar atos constitucionais que confrontem com a Constituição em vigor e com as leis vigentes.

Obviamente, por se tratar do mérito da questão, Moreira Alves não se manifestou sobre o assunto. Limitou-se a remeter o caso ao procurador-geral Sepúlveda Pertence. Este, por sua vez, afirma que a Assembléia Constituinte tem poderes apenas para interpretar a Constituição, mas não para reformar o seu texto. Para Sepúlveda Pertence, a interpretação pode ser feita pela Constituinte nos assuntos que dizem respeito ao seu próprio andamento.

Também o presidente do STF, Moreira Alves, tem a sua opinião sobre o assunto. Seu entendimento é semelhante ao emitido pelo procurador-geral. Como exemplo, ele lembra a questão de ordem relativa à legitimidade dos senadores eleitos em 1982: o que houve ali foi mera interpretação do texto constitucional e não a revogação do mesmo.

Com a remessa da "consulta" cabe agora ao procurador-geral da República decidir se requer ou não ao STF a representação para interpretação dos artigos da Emenda nº 26, como pretende o líder do PL.



Apelo de Sarney aos constituintes: estabilidade.

"A democracia é o regime da Lei e não o regime dos homens", disse ontem o presidente Sarney, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", depois de afirmar que, como presidente e como cidadão espera que a Assembléia Nacional Constituinte faça uma boa Constituição para o Brasil. "Que os constituintes se dediquem a essa tarefa", destacou, concluindo com mais um desejo: "que ela seja uma fonte de estabilidade para ajudar a vencer os nossos problemas".

"A Constituinte foi convocada justamente para completar a restauração do Estado de Direito que, com tanta dificuldade, nestes dois anos, todos nós estamos construindo — governo e povo", enfatizou o presidente para seus ouvintes de todas as sextas-feiras, completando que devemos confiar nos nossos constituintes, "em sua sabedoria e em seu espírito público".

Além da Constituinte, o presidente Sarney falou sobre a prioridade do governo para os problemas sociais e informou que determinou, nesta semana, a elaboração de um programa destinado a enfrentar o problema das favelas, dos favelados de todo o Brasil. Segundo disse, as populações das favelas serão ouvidas na elaboração do programa e terão contatos com os técnicos para a busca de soluções que conciliem as necessidades dos favelados com as possibilidades de ação do governo.

A verdade, de acordo com o presidente, é que neste momento a área social do governo está sendo mobilizada para mais um programa de atendimento à faixa mais desprivilegiada da Nação, representada pelos 12 milhões de favelados, que envolve oito milhões de submorádias ou barracos nas grandes cidades. Essa população, segundo reconheceu o chefe do governo, é uma parcela de 70 milhões de brasileiros que vivem com menos de dois salários mínimos e certamente também pertence ao grupo dos 25 milhões de desnutridos que aparecem nas estatísticas consumindo menos que o necessário pra viver sem o espectro da fome.

O PT, disposto a se aliar até com Delfim Neto.

"O PT está aberto a alianças momentâneas na Constituinte com qualquer partido, em termos de projetos temas e posições, sem nenhuma reserva", disse ontem o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília. Vestido com elegância, de terno e com Leonel Brizola até fazer alianças panha eleitoral para a presidência da República. "Não temos preconceitos e se o Delfim Neto, por exemplo, defender posições semelhantes às do PT, nós o apoiaremos, como PDS, ou com o próprio capete se isso nos se houver eleição presidencial, o PT deverá lançar candidato próprio, "mas sempre há possibilidades de uma aliança com o PDT".

Lula ainda aproveitou para desafiar o Funes e Almir Pazianotto a saírem com ele e as respectivas mulheres por Brasília, do farmácia e escola, "para fazer as compras e efetuar os pagamentos de um mês com o salário mínimo de C\$ 964,80, para ver o que acontece".